**A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA COMO COROLÁRIO DA
GLOBALIZAÇÃO: DESVIO DE FINALIDADE OU REDEFINIÇÃO DE PAPÉIS?
JUDICIALIZATION OF POLITICS AS A COROLLARY OF
GLOBALIZATION: DIVERSION OF PURPOSE OR RESET ROLES?**

José Querino Tavares Neto*
Juvêncio Borges Silva**

Resumo: Observa-se, na atual conjuntura global, uma deteriorização e desconstituição do Estado-nação em seus elementos essenciais. O processo da globalização econômica, política e cultural interfere de forma determinante no âmbito dos poderes do Estado e, de forma determinante, no Judiciário, desconstituindo o poder de suas finalidades precípuas, seja pela mutação constitucional sujeita a nova ordem, seja pela desfiguração das suas conseqüências decisórias. O fenômeno da globalização está enfraquecendo a concepção dirigente originária exarada na Constituição Brasileira de 1988 e proporcionando o fortalecimento das decisões judiciais (judicialização da política), e, destarte, numa dimensão reflexa, uma revisão conceitual do Estado-nação face seu visível enfraquecimento e perda gradual de relevância. Neste sentido, verifica-se o impacto do fenômeno da globalização e seu papel determinante no processo de judicialização da política no campo jurídico/político/social, visto a crescente irradiação de valores constitucionais no sistema jurídico brasileiro, fenômeno denominado de constitucionalização de direitos; mas, de forma pontual e sutil a nítida alteração do protagonismo do Poder Judiciário, o que exige uma (re)definição da teoria dos poderes.

Palavras-chave: Direito constitucional; globalização; judicialização da política.

---

* Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, professor do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Pós-doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra com bolsa Capes, consultor das Faculdades Atenas de Paracatu.

** Professor do programa de Mestrado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, Doutor pela UNESP e mestre pela UNICAMP.

Abstract: In the current global environment, we can observe a deterioration and deconstructing of the nation-state in its essential elements. The process of economic globalization, political and cultural interferes determinant within the powers of the state and, decisively, in the judiciary, deconstructing the power of their specific purposes, whether by the mutation of the constitutional new order, either by their disfigurement consequences of decision. The phenomenon of globalization is weakening the design leader originally recorded in the 1988 Brazilian Constitution and providing strengthening of judgments (judicialization of politics), and then, in a reflexive dimension, a conceptual review of the nation-state against its perceived weakening and loss gradual relevance. In this sense, there is the impact of the phenomenon of globalization and its role in the process of legalization of politics in the legal/political/social, since the increasing irradiation of constitutional values in the brazilian legal system, which is called constitutionalization of rights, but of timely and subtle change of the distinct role of the judiciary, which requires a (re)definition of the theory of powers.

Keywords: Constitutional law; globalization; judicialization of politics.

Introdução

O presente artigo pretende analisar alguns aspectos das influências da globalização sobre o fenômeno denominado judicialização da política e demonstrar a relevância teórica e metodológica de PIERRE BOURDIEU para compreensão do fenômeno da Jurisdição Constitucional.

Numa perspectiva cada vez mais presente, evidencia-se na conjuntura judiciária, o ensejo de produção de bens simbólicos diretamente relacionados à estrutura social, com forte tendência à reprodução da conjuntura social altamente regulada pela estrutura interna do campo poder/Judiciário, e este, estando estruturado/estruturante.

Isso fica ainda mais premente pela constatação do processo de judicialização da política como decorrência do enfraquecimento do Estado-nação e da consequente fragilidade das Constituições dirigentes que deveriam fundamentar suas ações. Para este desiderato propõe-se refletir sobre os riscos desse processo

aparentemente irreversível da judicialização da política como reflexo da globalização impõe ao sistema republicano e, sobretudo, as decorrências do desvio de finalidade do judiciário que se evidencia antidemocrático e elitista em face da ausência do protagonismo da sociedade.

Pretende-se ainda evidenciar que o fenômeno da globalização impõe nova compreensão do Poder Judiciário, que mais que dizer o direito, comporta-se de maneira diversa, não só em suas decisões inseridas num contexto global, mas, sobretudo, numa mudança de perfil decisório, posto que sua postura consultiva e determinadora de políticas públicas, processo denominado de judicialização da política, avoca o poder decisório antes concentrado nos outros poderes.

1- A proposta bourdieusiana para análise da globalização e suas implicações no processo decisório do Judiciário

Uma das teorias de base que fornece o aporte metodológico para análise é a de PIERRE BOURDIEU (1987) com seus conceitos de Campo Científico, *habitus* e de *campo*.

As relações reflexas na judicialização da política como efeito da globalização se processa numa perspectiva de sistema simbólico, visto suas mais diversas representações. BOURDIEU desenvolve duas categorias significativas para explicar tal processo: a ideia de *habitus*, como conjunto de esquemas de classificação da realidade que se interiorizam pelos mais distintos processos estruturados e estruturantes relacionados às práticas e às regularidades de conduta; e de *campo* que, por sua vez é estruturado pelas posições sociais, derivadas de leis e regras próprias, ou seja, *estrutura de relações objetivas*, derivadas do poder simbólico, invisível e proveniente da cumplicidade entre os que o exercem e os que a ele se submetem.

BOURDIEU indica importante proposta na discussão do poder por que transcende qualquer reducionismo a categorias estritas e expande suas preocupações a estruturas (sistêmicas) como a agentes (sujeito). Seu tratamento incide sobre as configurações da aquisição e perpetuação do poder trazendo uma contundente crítica

às formas de produção científica, leia-se, os modelos de dominação como um todo, sendo impossível a separação de valores e representações posto que o resultado seja o que importa, e nesse caso, não há concessões do poder, são apenas estratégias e investimentos de aquisição, acúmulo e perpetuação do capital simbólico (BOURDIEU, 1994; 2000).

Os conceitos fundamentais que servem de base para sua teoria, são o *campo* e o *habitus*. O *campo* é estruturado pelas posições sociais derivadas de leis e regras próprias, ou seja, *estrutura de relações objetivas* derivadas do poder simbólico invisível e proveniente da cumplicidade entre os que o exercem e os que a ele se submetem; e o *habitus* como conjunto de esquemas de classificação da realidade que se interiorizam pelos mais distintos processos estruturados e estruturantes relacionados às práticas e às regularidades de conduta. Conforme BOURDIEU, *campo* é

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou das instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. (2003, p. 120) [sic.]

E *habitus* seria,

O sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses objectivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. (2003, p. 125) [sic]

Destarte, o *campo* é o espaço estruturado por posições onde dominantes e dominados lutam pela obtenção e manutenção de postos; e *habitus* é o lugar do sujeito

em seus mais diversos modos de ação, condicionadas e orientadas a determinados fins.

O poder, o direito, o mercado, a sociedade, a ideologia, como outras formas de poder simbólico na condição de processos de dominação, funcionam de modo próprio e, em suas especificidades como modos de produção da coletividade operam numa sociedade concreta e determinada, existindo uma clara relação conducente na procura, produção e consumo de bens, incidindo numa relação transacional, qual seja, a produção de legalidade/legitimidade.

BOURDIEU ressalta o trabalho competente que o Estado, a Igreja, a escola, o mercado, o direito, dentre outros, exercem para garantir a perpetuação das relações de dominação. Do mesmo modo como as classes, a religião, a família; o direito, e, seus órgãos deliberantes, se serve de processos de dominação e legitimação (domínio das mentes).

Pode-se inferir da conjuntura judiciária, o ensejo de produção de bens simbólicos diretamente relacionados à estrutura social, com forte tendência à reprodução da conjuntura social altamente regulada pela estrutura interna do campo poder/Judiciário, e este, estando estruturado/estruturante.

2- O fenômeno da globalização e seus efeitos

O Estado-nação, concebido em sua perspectiva histórica, e seus elementos constitutivos passam por uma profunda crise de sobrevivência, para não dizer de identidade, reflexo do processo aparentemente irreversível da globalização, fenômeno com implicações não apenas no âmbito econômico, mas também, de forma contundente, no âmbito cultural, social e político, importando numa reflexão a respeito do papel da Constituição em sua dificuldade em operacionalizar-se como documento programático do Estado enquanto instituição política, jurídica e social.

Esse processo, denominado por GIDDENS (2002) de desencaixe, tem provocado uma redefinição de papéis na sociedade atual, visto a reorganização do tempo e do espaço proporcionar uma profunda relação de desencaixe, produzindo um deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação por

intermédio de partes indeterminadas, possibilitando uma situação de reflexibilidade institucional.

Neste sentido, encontramos eco na aceção de globalização de FALK (1999), que não apenas lamenta o processo, mas salienta a necessidade de (re)encaminhá-lo a outros propósitos, sugerindo uma diferenciação entre a globalização denominada descendente, cuja essência está na legitimação do conjunto de forças e de perspectivas situadas fora do alcance efetivo da autoridade territorial (Estado), e por globalização ascendente, como aquele conjunto de reações de oposição no seio do terceiro sistema de ativismo social (sociedade civil organizada).

Segundo ULRICH BECK (1998), o fenómeno da globalização comporta dimensões distintas, mas intimamente relacionadas, qual seja o globalismo, que se refere ao aspecto do mercado e sua assimilação do elemento político; a globalidade, referente às relações sociais cada vez mais autônomas do Estado; e a globalização, que comporta as relações entre Estados por meio de atores transnacionais e suas respectivas formas de poder. Existe uma mútua interdependência entre as distintas globalizações e, deste modo, não podem ser reduzidas a apenas uma dimensão. Encontramos na proposta de *Globalismo* de Beck, liame privilegiado em nossa proposta de análise, nomeadamente, pela irrupção deste modelo subordinatório do Estado-nação e seu documento político delimitatório/programático, a Constituição, aos desígnios do mercado global.

Entendemos o processo de globalização em suas dimensões numa lógica de inclusão e não de exclusão de efeitos, significando o carácter dinâmico da vida social pós-moderna numa dialética local/global, alterando todas as relações: intimidade *versus* publicidade com conexões de grande amplitude.

O impacto da globalização resulta no processo de enfraquecimento do Estado-nação e, portanto, de seus elementos constitutivos tradicionais, produzindo uma “ordem sócio-econômica de natureza cada vez mais multifacetada e policêntrica” (FARIA, 2002, p.15).

No sentido estritamente jurídico, o que está em questão parece ser a efetividade das Constituições como instrumento regulatório, providente e previdente, em uma sociedade profundamente contraditória pela concentração de riqueza, e

complexa, situação que impõe uma de (re)definição ontológica e teleológica do Estado-nação que em seus elementos constitutivos tradicionais concebidos e sustentados desde Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau sofre efeitos, tanto da ausência da bipolaridade presente até o declínio da URSS, como da unipolaridade política atual.

O século XX proporcionou uma crescente complexidade nas relações internacionais. A globalização, em sua perspectiva de mercado que se processa em sentido político, econômico, social e cultural, produziu profundas transformações na estrutura do Estado e do Direito. A partir da introdução das novas tecnologias e legislação liberal dos anos de 1970, surge um novo Direito bancário, industrial, comercial, empresarial, acionário e de bolsa. BOBBIO (2000, p. 402) observa que, a consequência foi a junção do capital industrial, comercial e bancário, na forma de capital financeiro, convertidos em grupo de pressão capaz de influir na política interna e externa dos Estados.

Podemos perceber essa questão a partir do exemplo da atualidade política brasileira, que condicionou o Presidente Lula ao cumprimento de todos os contratos firmados pelo Brasil, o que se fez de forma criteriosa, além da expectativa das mais diversas frentes políticas. Numa palavra, a direita ficou surpresa e a esquerda decepcionada.

As mudanças não atingiram somente a economia, mas também as formas tradicionais de Estado e Direito, mediante o esvaziamento progressivo da faculdade legislativa em prol de uma organização corporativa de poder que se processa por meio de agências da administração, tendo em vista os vários setores do capital.

De acordo com HABERMAS (1995, p. 99), os Estados estão cada vez menos capazes de controlar suas economias nacionais. O raio de ação das políticas econômicas, financeiras e sociais vem, entretanto, se reduzindo drasticamente. Para o autor em referência, a comunicação global ocorre tanto por meio de linguagens naturais (na maioria das vezes por meio de meios eletrônicos), como por códigos especiais (são os casos, sobretudo, do capital e direito). Deste processo decorrem duas tendências opostas, promovendo tanto a expansão da consciência dos atores (individuais ou coletivos); e quanto à diferenciação e ampliação dos sistemas, redes (como mercados) ou organizações.

Este cenário longe de ser irrealista é apenas uma possibilidade dentre muitas outras. Por isso, HABERMAS (1995, p. 100) propõe a necessidade da emergência de regimes supranacionais com o formato da União Européia: “Precisamos salvar a herança republicana, mesmo que seja transcendendo os limites do Estado-nação. Nossas capacidades para a ação política devem acompanhar o ritmo da globalização, das redes e sistemas auto-regulados” [sic.]. HABERMAS entende que todas as sociedades já constituem parte inseparável de uma comunidade de riscos compartilhados, que são percebidos como desafios para uma política cooperativa.

Importante salientar que, a globalização, longe de um fenômeno homogêneo e linear, é altamente seletivo, contraditório e paradoxal, visto os resultados aprofundadores e definidores das diferenças entre ricos e pobres, sem nos esquecermos dos riscos mais diversos na atual conjuntura evidenciados na última crise econômica de ordem global.

3- Constituição e globalização

Nesse cenário de sociedade global, as constituições na qualidade de instrumentos políticos estão se comportando de forma impotente, para não dizer coniventes com o processo de integração sistêmica; atuando também como integradoras de mercados, fusão de empresas, racionalização econômica e maximizadoras da produtividade. Assim, a desagregação social implica em desemprego estrutural, exploração intensiva de mão-de-obra, desregulamentação das relações de emprego e esvaziamento do poder de pressão representativa dos sindicatos em escala global.

Vivemos uma crise paradigmática nas questões do Estado como ente jurídico, político e social, ocorrendo uma reorientação dos papéis e referenciais. O Estado está cada vez mais a mercê do mercado, controlado pelas organizações multilaterais e corporações transnacionais, que, a partir de seus poderes econômicos e políticos, sobrepõe-se aos Estados nacionais (IANNI, 2000, p.19).

Evidentemente que o mundo global não é monolítico, pois está atravessado por diversidades e desigualdades, nacionalismos e fundamentalismos, blocos regionais e imperialismos (IANNI, 2000, p.26). Marx responderia que a relação Capital versus

Trabalho não está resolvida, seja pelas contradições inerentes ao processo, seja pela concentração de riquezas nos países ricos, a dificuldade de solução de contradições como o terrorismo, a grande produção industrial e ausência de distribuição de seus efeitos, além da cada vez mais aguda necessidade de ações afirmativas.

Se por um lado observa-se o alto grau de desenvolvimento tecnológico, aliado ao mercado transnacional, que transfere diariamente mais de um trilhão de dólares sem nenhum controle dos bancos centrais, em um espaço global encolhido pelos instrumentos de comunicação nunca antes visto; por outro, aprofunda-se a polarização entre pobres e ricos em uma dimensão galopante - cerca de 3,2 bilhões de pessoas, ou 60 % da humanidade sobrevivem à margem da sociedade, com uma média de 350 dólares por ano. No Brasil, 1% das famílias mais ricas auferem 17% da renda do país, enquanto os 50 % mais pobres, cerca de 80 milhões de pessoas somam cerca de 12% (DOWBOR, 2000, p. 11).

A questão premente que se instala no seio dos Estados é a necessidade de convivência, tolerância e/ou possibilidade de sobrevivência de cartas políticas emancipatórias e programáticas nesta nova ordem mundial.

Este processo de desencaixe legal, fruto da crise do Estado-nação está produzindo um redimensionamento da concepção jurídica e política das cartas políticas, proporcionando uma crise constitucional reflexa da impotência do Estado em gerenciar a legalidade e legitimidade na sociedade global, tendo em vista o deslocamento do eixo do poder jurídico estatutário dos contratos sociais tradicionais para estatutos supranacionais.

De certa maneira convivemos com a dificuldade de sustentação da validade das normas constitucionais como modelo matricial comunitário, em face ao surgimento de novos espaços de poder nas mais diversas acepções.

A (re)definição das perspectivas do Estado como sujeito das relações de poder em sentido local, regional e global, como se viu, coloca em questão o papel da Constituição como documento programático, político, ideológico, jurídico e social, sem nos esquecermos do papel do STF como corte constitucional no atual estágio jurisdicional nutrido pela crescente judicialização da política.

Os vestígios desse processo desfigurativo já são evidentes na mutação constitucional brasileira observada na atual conjuntura, fenômeno não isolado, encontrando vestígios em outros sistemas constitucionais de muita proximidade com o brasileiro como o português. Ali pode ser percebida uma tensão interna entre uma constituição liberal e democrática de um lado e de outro, uma constituição dirigente e autoritária, finalisticamente dirigida à “prossecação do socialismo” (CANOTILHO, 2001, p. 207-14). Numa clara sujeição de realinhamento à nova ordem europeia, o constitucionalismo português passou por sete revisões a fim de abandonar a ordem socialista emancipatória reflexa da Revolução dos Cravos e chegar à economia de mercado e aprofundamento da União Europeia.

Em se tratando da Constituição brasileira de 1988, esta foi resultado de um longo regime de exceção, sendo promulgada sob a égide do Estado Democrático de Direito, sobretudo por se tratar de uma Carta Política destinada a reorganizar o processo político virulento e autoritário que se instalou no Brasil com o golpe militar de 1964.

Em sua novel vigência, a Constituição de 1988 passou por um Plebiscito em 21/04/1993, a fim de definir a Forma do Estado e o Sistema de Governo brasileiro, sendo confirmados a República e o Presidencialismo; 06 Emendas de Revisão em 1994; e posteriormente 71 Emendas Constitucionais.

A constituição brasileira de 1988, a despeito de sua rigidez e ausência de previsibilidade de novas revisões, padece de sua própria contradição jurídica: no lugar de segurança jurídica, sofre efeitos da sociedade globalizada, resultando num processo de atrofiamento dos elementos subjacentes a concepção original.

Para a tarefa de “redefinição” da Constituição contribuem vários fatores e atores. Também o sistema judiciário tem um papel importante, mormente a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que inaugurou uma nova hermenêutica Constitucional pela introdução da Súmula Vinculante, alteração da competência da Justiça do Trabalho, instituição do Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, interpretados como uma forma concreta de controle da Magistratura e do Ministério Público, sem nos esquecermos das significativas alterações do Controle de Constitucionalidade, que se processou na Ação Direta de

Constitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. Esta Emenda consolidou o processo de verticalização do controle de constitucionalidade nas mãos do Supremo Tribunal Federal, e fortaleceu o controle concentrado, atribuindo a esta Corte poderes políticos que a Carta de 1988 não desejava.

Não se trata de originalidade, pois é da essência do direito e ainda mais das Constituições, a dinâmica da oxigenação pelo debate jurídico-político e também sócio-histórico. A problemática está na necessidade de situar a possibilidade ou não de resistência de um modelo legal de dirigismo constitucional subjacente num diploma desfigurado de sua natureza constituinte.

Neste sentido, verifica-se o impacto do fenômeno da globalização e seu papel determinante no processo de judicialização da política (CARBONELL, 2007), mormente porque esse processo aparentemente irreversível relativiza a soberania posta nos Estados.

O ponto fulcral concentra-se na constatação do fenômeno da globalização como determinante no enfraquecimento da concepção dirigente originária exarada na Constituição Brasileira de 1988 e que está proporcionando o fortalecimento das decisões judiciais (judicialização da política), e, destarte, numa dimensão reflexa, uma revisão conceitual do Estado-nação face seu visível enfraquecimento e perda gradual de relevância.

Não se trata de negar os outros fatores relevantes construtos do fenômeno da globalização, sobretudo os econômicos, políticos e culturais, como no campo jurídico uma crescente irradiação de valores constitucionais no sistema jurídico brasileiro, fenômeno denominado de constitucionalização de direitos; mas, de forma pontual e sutil apreender a nítida alteração do protagonismo do Poder Judiciário, o que exige uma (re)definição da teoria dos poderes.

O que está em causa, ao menos num primeiro plano, não são apenas as decisões do STF, mas a judicialização da política de forma geral, tendo em vista os efeitos do fenômeno da globalização sobre o sistema constitucional brasileiro.

Em certo aspecto, o tema já vem sendo contemplado nas discussões de TATE e VALLINDER, para os quais a judicialização contempla dois significados: i. o processo pelo qual cortes e juízes elaboram ou conduzem elaboração de políticas

públicas que tinham sido previamente definidas por outras agências governamentais, especialmente legislativo e executivo; ii. O processo pelo qual negociações não judiciais e fóruns de tomada de decisão são dominados por regras e procedimentos quase judiciais (TATE e VALLINDER 1995, p. 28).

Para ilustrá-lo, BARBOSA e PAMPLONA (2009) fazem referência, entre outros, ao julgamento da ADI 3510 na qual o STF decidiu pela constitucionalidade do artigo da Lei de Biossegurança que permitia a pesquisa com células-tronco embrionárias, indica a nova concepção de processo decisório no STF, qual seja “o deslocamento dessas discussões para o âmbito do Poder Judiciário, mesmo quando revestidas de argumentos jurídicos, traz conseqüências para a sociedade, para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”.

No mesmo sentido, de forma lapidar, GARAPON (1999), indica que o fortalecimento do Judiciário na execução de políticas públicas modifica o modelo conceitual de poder do Estado moderno tradicionalmente concentrado no Executivo e Legislativo.

A judicialização, neste caso, seria especialmente reflexo de um processo de constitucionalização de direitos operados nas Cartas constitucionais do pós-guerra, agasalhados por uma leitura moral da Constituição e uma teoria constitucional que lhe sustenta (BARBOSA E PAMPLONA, 2009).

Embora não neguemos tais fatores, acreditamos no fenômeno da judicialização da política como uma consequência da globalização, já que esta vem relativizando o papel do Estado-nação e, em consequência, as constituições dirigentes vêm se enfraquecendo, pois quem acaba especificando seu alcance e limites são outros atores, especialmente o mercado, o capital, organismos internacionais, etc.

No vazio da constituição dirigente, mas diante de um quadro de constitucionalização de direitos, além da própria teoria constitucional contemporânea que dá subsídios a essa constitucionalização, quem obtém maior protagonismo é o Poder Judiciário e, especialmente, as cortes constitucionais, que acabam por adotar para si a tarefa que seria do Estado.

A judicialização, nesse contexto, seria também uma conseqüência do enfraquecimento do Estado-nação e da hegemonia da globalização? A atuação

fortalecida do Judiciário realizaria a Constituição dirigente (assegurando direitos sociais, por exemplo) ou, também a enfraquecem porque não ter poder de definir políticas públicas e, mesmo que tivesse, atua em prol do mercado, estando também condicionada pela globalização? O resultado tende ao enfraquecendo do papel do Legislativo e do executivo e com isso o próprio Estado democrático de direito? Finalmente, impõe-se uma revisão da tripartição de poderes?

Os fatores que contribuem para este fenômeno são diversos, mas acreditamos que de maneira não excludente, nossas hipóteses se concentram no enfraquecimento do Estado sob os efeitos da globalização; no esvaziamento e/ou enfraquecimento do modelo dirigente originário da Constituição de 1988, sobretudo sua ineficiência na persecução de políticas públicas; o fortalecimento de outras formas de atuação política na sociedade civil organizada; o desgaste dos outros poderes do Estado, fruto dos constantes desvios de finalidade, colocando em risco as concepções republicanas; e, finalmente, a ocupação do vazio de poder pelo Judiciário como resposta à ineficiência deixada pelos poderes tradicionais do Estado.

No fundo, passamos por um período de mudança de paradigma, que, resultado do desencantamento de credibilidade nas grandes metanarrativas desenvolvidas ao longo da modernidade que propugnavam idealisticamente o progresso da verdade, do conhecimento, a razão emancipatória; se caracteriza, exatamente pela pluralidade, diversidade e fragmentação, fenômeno este denominado de pós-modernidade. A revisão do papel do Estado, da relação dos Poderes e da Constituição provavelmente ilustram esse novo momento.

Considerações finais

Os riscos de um Judiciário perder seu sentido originário jurisdicional, qual seja, deixar de dizer o direito, é altamente plausível e real, seja pelos efeitos da globalização, fruto de sua incapacidade de resistência; seja pelo processo da judicialização da política, mormente, desvio de sua finalidade.

Uma das possíveis razões de sua perda de sentido está, sobretudo, em sua insistente concepção de direito como autocompreensão excessiva, para não dizer, síndrome narcisista que, desta forma, seu olhar sobre a realidade se condiciona à

própria dimensão de mundo, sendo o Estado a expressão de representatividade e reflexo do olhar da sociedade, sob pena de perder sua essência.

GRÜN (2006) considera esta problemática central, enquanto reflexo da globalização que se verifica na atualidade, adotando um enfoque sistêmico e cibernético dos fenômenos jurídicos como proposta metodológica. O que se evidencia é que, enquanto a *ortodoxia* como o Judiciário na condição de dominante, detém um capital simbólico autorreferente, fundado na autoridade (lei, jurisprudência, doutrina), a *heterodoxia* enquanto dominados, dispõe de pouco capital estruturado (organização, mobilização), (BOURDIEU, 1994, 2000, 2003).

Nesse raciocínio, ao se focar no âmbito do Poder Judiciário e tendo a judicialização da política como o elemento de resistência ao processo de violência simbólica que se observa no seu interior, pode-se afirmar que a produção de bens simbólicos se condiciona muito mais à consciência isolada de seus atores, sobre o modo pelo qual se processa a violência simbólica, do que à necessidade de resistência institucional, dado que essa última constatação, ao menos na atual conjuntura, se apresenta pouco provável a mudanças significativas¹. Isso se dá pelo fato de que o Poder Judiciário, como eminente e iminente representante da *doxa*², apresenta um discurso estruturado e estruturante, propenso à perpetuação de seus pressupostos fundantes.

No entanto, como ocorre com as leis do Estado e sua apropriação conveniente pelo mercado (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), merece todo cuidado e cautela a análise das (re)organizações do capital em suas mais elaboradas formas³,

---

¹ De fato, existem muitos novos atores que funcionam como núcleos de resistência a exemplo do ISA, a A Avaaz - Uma comunidade transnacional de mobilização on-line, do FSM, ONGs, Redes Sociais, etc.. Numa perspectiva dialética, esses núcleos de resistência foram designados por Falk como “Globalização descendente, um conjunto de forças e de perspectivas legitimadoras situado, em vários aspectos, fora do alcance efetivo da autoridade territorial que alistou a maioria dos governos como parceiros tácitos e por globalização ascendente, um conjunto de reações de oposição no seio do terceiro sistema de ativismo social” (1999, p. 233 [sic]); e “globalização ascendente que não se opõe dogmaticamente à globalização descendente, mas rege-se pelo princípio de evitar os efeitos adversos e de garantir um contrapeso global à influência fundamentalmente não controlada exercida actualmente pelo sector comercial e financeiro sobre o processo de decisão ao nível do Estado e fora dele” (1999, p. 221 [sic]). Boaventura de Souza Santos (2006) caracterizou esse conflito como globalização hegemônica e contra-hegemônica.

² Verdade referida e referente.

³ Até mesmo pela arte como reorganização dos espaços de poder e exercício de dominação cultural.

sendo a judicialização da política mais uma tentativa de mascaramento da alienação nos mais diversos processos do capital em sua concessão estratégica (ARENDR, 1997; BENJAMIN, 1993; FLAUBERT, s.d.), e que encontra na globalização um refinado, eficiente e sofisticado aliado por causa da sensação de controle do processo.

Portanto, é inexorável que a judicialização da política transcenda o paradigma regulatório vinculado ao neoliberalismo (SANTOS, 2005) e concentre suas ações, não na superação do Estado, mas em sua relação com a sociedade civil, ou seja, o que assegura uma governança democrática é sua vocação, seu *feeling* e *ethos* pelo interesse geral e a organização de classes como único elemento capaz de alterar o curso da coisificação advinda da alienação capitalista.

O protagonismo do Judiciário nesse processo indica os novos ares do reequilíbrio dos poderes como fator democratizante, sendo importante levar-se em conta a possibilidade da sustentabilidade democrática a partir da inclusão de novos atores sociais no processo decisório que se viabiliza como capital social pela qualidade e densidade da representação, isto é, o grau de interesse e legitimidade dos representados na participação da coisa pública. (ESTEVE, 2009, p. 188)

A chance de isso ocorrer está na probabilidade de mudanças significativas nos processos decisórios do campo Poder Judiciário a partir da recomposição e reclassificação do seu *habitus* enquanto sistemas de disposições e ações, tendo como referência a governança democrática como elemento determinante pela ampliação dos eixos decisórios e formadores de novas concepções resultantes da categoria de análise das novas configurações democráticas e valores fundantes baseados na sustentabilidade e no envolvimento dos interessados e atingidos pelo processo político, social e jurídico. Isso, jamais seria diminuir sua importância, ao contrário, numa sociedade cada vez mais conflituosa e complexa, a oxigenação do *ethos* decisório implica no exercício pleno da igualdade e liberdades que evita o abuso de poder e transcende os elementos enrijecidos do *status judicante* para uma sociedade mais plena e justa.

Referências bibliográficas

ADORNO Theodor W. & HORKHEIMER Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1985.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução, Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARNAULD, André-Jean. **O Direito entre a Modernidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BARBOSA, Claudia Maria e PAMPLONA, Danielle Anne. **A Judicialização da política e as audiências públicas no Supremo Tribunal Federal**. Revista Paradigma, 2009. (No prelo)

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de um novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BERCOVICI, Gilberto e MASSONETTO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. In: **Boletim de Ciências Econômicas**. ISSN 0870-4260, volume XLIX, Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2006, p. 57-77.

BECK, Ulrich. **Qué es la globalización: falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998, nº p. 224.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, volume II. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____; **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____; O campo científico. In. ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____; **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987, nº p. 361.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **“Brançosos” e Interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional**. Coimbra: Almedina, 2006, nº p. 345.

CARBONELL, Miguel (Org.) **Teoría del neoconstitucionalismo**. Madri: Editorial Trotta, 2007, nº p. 334.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Otavio; RESENDE, Paulo-Edgar. **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTEVE, Josep M^a Pascual. **Governança democrática: construção do desenvolvimento das cidades**. Belo Horizonte: Fundação Astrojildo Pereira/UFJF, 2009.

GREENE, Ian. **The Courts**. Printed in Canada: Library and Archives Canada Cataloguing in Publication - UBC Press - The University of British Columbia, 2006.

FALK, Richard. **Globalização predatória: uma crítica**. Portugal: Instituto Piaget, 1999, nº p. 303.

FARIA, José Eduardo, **O Direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2002.

FLAUBERT, Gustave. **A educação sentimental**, Trad. Araújo Alves, Editora TecnoPrint S.A. s. d..

GARAPON (1999), Antoine. **O juiz e a democracia? O guardião de promessas**. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

GRAU, Eros. Mercado, Estado e Constituição. In: Nunes, António José Avelãs (Diretor). In: **Boletim de Ciências Econômicas**. ISSN 0870-4260, volume XLVII, Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2004, p. 107-119.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRÜN, Ernesto. Las globalizaciones jurídicas. In: **Revista FACULTAD DE DERECHO E CIENCIAS POLÍTICAS**. Vol. 36, No. 105. Medellín: Colômbia, Julio-Diciembre, 2006, p. 323-338.

HABERMAS, Jürgen. **O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização**. Revista Novos Estudos, nº 43, novembro de 1995, p. 87-101.

IANNI, Otavio. A política mudou de lugar. In DOWBOR, Ladislau; IANNI, Otávio e PAULO-EDGAR, A., Resende. **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____; A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita. In. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. No. 72. ISSN 0254-1106. 2005, p. 7-44.

TATE, C. Neal e VALLINDER, Trobjorn. **The global expansion of judicial power**. New York, New York University Press, 1995.